



MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

**Ata da Sessão ordinária da Assembleia Municipal
realizada a**

18 de fevereiro de 2022

Ata nº 01/2022

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Ribeira Grande, na Casa do Povo da Ribeirinha, sob a presidência de José Luís Ferreira Rocha Pontes, que foi secretariado pela primeira e segunda secretárias, respetivamente, Teresa Paula Cabral da Silva e Hélia da Conceição Oliveira Cabral. -----

PRESENCAS

Registaram-se as seguintes presenças:-----

Membros do Grupo Eleito pelo PSD: José Norberto Tavares Cordeiro, Rui Fernando Botelho Maré, Luís Miguel dos Santos Almeida, Júlia Sousa Pedro Medeiros, Jorge Augusto de Oliveira Silva, Nelson Miguel de Sousa Dias Vieira, Diana Carina Sousa Alves, Sofia da Loura Inácio, Artur José Araújo de Arruda Ponte, Kevin Medeiros Bulhões, Elsa da Conceição Paiva Machado Tavares Galvão. -----

Membros do Grupo Eleito pelo PS: Fernando Jorge Pereira Cordeiro, José Luís Pascoal Tavares Câmara, Carla Alexandra Medeiros Rita, Manuel Tavares Pinheiro, Fábio Rogério Cabral Canejo. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Davide Manuel Afonso Cambóia - Presidente da Junta de Freguesia dos Fenais da Ajuda, Alberto Pacheco Ponte - Presidente da Junta de Freguesia da Lomba da Maia, Dário Ferreira Bernardo - Presidente da Junta de Freguesia da Lomba de São Pedro, Suzana Maria Vieira Ferreira - Presidente da Junta de Freguesia da Maia, Fábio Alexandre Raposo Bernardo - Presidente da Junta de Freguesia do Pico da Pedra, Rúben Manuel Silva Adriano - Presidente da Junta de Freguesia do Porto Formoso, Jaime Luís Melo Vieira - Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Rabo de Peixe, José Manuel da Silva Aguiar - Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Marco Paulo Pacheco Furtado - Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, Miguel de Melo Sousa - Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, António Germano da Costa Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia de São Brás. -----

AUSÊNCIA E SUBSTITUIÇÕES

Ausência ao abrigo do artigo 78º do Regime Jurídico dos Órgãos Autárquicos:

Registou-se a ausência dos senhores deputados Gloriana de Melo Carreiro e Rodrigo Augusto Morais dos Reis, tendo os mesmos pedido a justificação da falta. -----

De acordo com o nº 1 da alínea c) do artigo 18º do Regime Jurídico das Autarquias Locais compareceram os senhores: -----

Luís Pereira Correia – Tesoureiro da Junta de Freguesia das Calhetas, fez-se representar como substituto legal da sua presidente, Cátia Sofia Costa Tavares. -----

Diana Faria Torres – Tesoureira da Junta de Freguesia da Ribeira Grande-Matriz, fez-se representar como substituta legal do seu presidente, André Francisco Ferreira Mendonça. -----

Pedro Henrique Sousa Pavão – Secretário da Junta de Freguesia da Ribeira Grande-Conceição, fez-se representar como substituto legal da sua presidente, Gisela de Fátima Pavão Melo Rodrigues Pavão. -----

EXECUTIVO CAMARÁRIO

Em representação do executivo camarário tomou parte na sessão o senhor presidente Alexandre Branco Gaudêncio, que se fez acompanhar pelo vice-presidente Carlos Manuel Paiva Anselmo pelos senhores vereadores a tempo inteiro Cátia Filipa Sousa, José António Pereira Garcia e o Vereador João Paulo Dâmaso Moniz e ainda os vereadores Maria de Lurdes Teixeira Moreira Alfinete e Artur Gonçalves Pimentel. -----

ABERTURA DA SESSÃO

Constatando a existência de QUÓRUM, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas vinte horas, iniciando por dar as boas-vindas aos presentes e agradecendo à senhora professora Hirta (Tavares, presidente da Direção da Casa do Povo de Ribeirinha, n.d.r.) pela cedência da sala. De seguida, José Luís Pontes passou a apresentar a mesa à sua esquerda cujos ocupantes constituem o executivo da Câmara Municipal da Ribeira Grande assim como a demais vereação. Informou também os presentes que, uma vez que a Assembleia Municipal tem participantes externos, há que haver lugar a alterações na Ordem de Trabalhos, nomeadamente, cedendo o uso da palavra ao público presente, seguindo-se o período de Antes da Ordem do Dia e da Ordem do Dia, uma alteração que está de acordo com o artigo vigésimo terceiro dos Estatutos. Solicitou igualmente ao presidente da Junta de Freguesia de Ribeirinha, conforme anteriormente acordado, que procedesse à apresentação da freguesia cuja junta preside, a toda a Assembleia. -----

O senhor **presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha** usou da palavra, cumprimentando o senhor presidente da Assembleia Municipal, o senhor presidente da Câmara Municipal, as senhoras e senhores vereadores, as senhoras e senhores presidentes de Junta de Freguesia e vogais da Assembleia Municipal, o senhor presidente da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha, a senhora presidente da Casa do Povo de Ribeirinha, a senhora coordenadora da escola da Ribeirinha, o senhor representante da Filarmónica (Santíssimo Salvador do Mundo, n.d.r.), o chefe do Grupo 63 (sessenta e três) da Associação de Escoteiros de Portugal, o senhor mestre dos romeiros, o senhor representante da Associação Vassoura de Milho, a senhora presidente da Associação Os Ribeirinhos, o senhor presidente da marcha negra Os Veteranos, o senhor representante da P.A.V. e o senhor professor Álvaro Feijó. Iniciando a sua intervenção, Marco Furtado começou por agradecer à senhora professora Hirta a cedência do espaço para realização da Assembleia Municipal, um espaço, considerou, ser de todos: de todos os Ribeirinhos assim como de todos aqueles que queiram visitar a freguesia e a sua Casa do Povo. Continuou a sua intervenção, considerando que, apesar da freguesia possuir um nome diminutivo – Ribeirinha – todos são bem-vindos a uma terra que possui tradições, de teatro, cujos espetáculos são muitas vezes realizados naquela sala; cuja geografia compreende também a inclusão do lugar de Gramas, cuja representação se faz por vários presentes. Destacou também a atividade das forças vivas da freguesia: no âmbito do teatro, dos carros alegóricos, das danças dos cadarços. Referiu-se também à tenacidade e trabalho das gentes da Ribeirinha, pelo seu trabalho na terra e pela excelência da sua produção. Isso nota-se pela

fama que granjeiam as melancias originárias da freguesia como, em tempos e através do porto de Santa Iria, houve exportação de laranja, assim como de trigo e centeio, que eram efetuados por via marítima, explicou, por não existirem acessibilidades terrestres como as atuais. Falou também da importância da indústria já extinta na freguesia, como foi a fábrica de linho e a de chicória, que deixaram de laborar por falta de matéria-prima, sendo que, explicou, da fábrica de linho pouco resta, mas a de chicória poderá vir a ser reabilitada e reaberta ao público, num ensejo da junta de freguesia, pela peculiaridade do seu edifício. No que concerne a patrono, referiu que a freguesia tem como padroeiro o Santíssimo Salvador do Mundo, sendo que, em tempos, as festividades em sua honra eram consideradas como as segundas mais importantes, logo a seguir às do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Marco Furtado prosseguiu com a sua intervenção, referindo que sendo a junta de freguesia o órgão máximo de cada freguesia, na Ribeirinha, a Junta de Freguesia não vive, afirmou, sem as suas associações, pois são estas, referiu, que conferem o peso cultural, de dinamismo, de serviço público, nomeadamente junto dos jovens, colocando-os a trabalhar em prol da comunidade e do seu futuro. Referiu-se, por exemplo, à banda filarmónica local que detinha músicos com médias de idade muito baixas, o que considerou muito positivo. Referiu, no entanto, que a principal dificuldade dessas associações é a de incutir aos jovens o associativismo, obrigando-os a sair de casa e a trabalhar em prol de outros, uma tendência que se inverteu com a pandemia. Da sua parte, informou, a Junta de Freguesia a que preside, reforçou o orçamento dessas associações. Agora cabe às associações fazerem o seu papel e chamar de novo esses jovens, referiu. Salientou igualmente o trabalho das marchas populares que possuem sede na freguesia, que através das suas participações em eventos externos à ilha de São Miguel, acabam por promover e levar o bom nome da Ribeirinha para fora da ilha. No decorrer da sua intervenção, Marco Furtado salientou também o papel do presidente de Junta de Freguesia, que em sua opinião, é atualmente mais de, apelidou, de psicólogo ou até mesmo psiquiatra, tal é o número de solicitações de apoio psicológico devido às agruras das suas vidas, ao invés dos tradicionais pedidos de materiais ou apoio na resolução de questões administrativas. Referiu que o seu trabalho tem sido o de encaminhar as pessoas, face aos problemas apresentados, às entidades competentes, sendo que, muitas vezes, referiu, acompanham essas pessoas até às entidades, absorvendo, também, as preocupações das mesmas, muito para além do desempenho das funções de presidente de uma junta de freguesia. No que concerne às preocupações atuais da freguesia, Marco Furtado considera que os mesmos são transversais a todo o concelho. Começou por referir-se à habitação, sendo de opinião que há que regressar às origens, como classificou, e desistir da ideia de criar apartamentos. Pretende promover a autoconstrução, em que o beneficiário terá igualmente que contribuir para a construção da sua moradia, tal como aconteceu no Bairro das Covas/Santa Rosa, que considerou ter sido um caso de sucesso. Outra das questões, que considerou já vir a arrastar-se há demasiado tempo, é a requalificação do Porto de Santa Iria, cuja esperança é que o mesmo fique solucionado ainda este ano. Quanto ao combate à toxic dependência, Marco Furtado afirmou ser um assunto que está a ser trabalhado em parceria com as entidades competentes. Ao nível do saneamento básico afirmou ainda existirem lacunas na freguesia, mas que isso tem sido articulado com a Câmara Municipal e com o seu executivo. Destacou a importância do emprego jovem, cujo termo dos programas ocupacionais, irá forçar a que se sensibilize esses jovens para o trabalho. Defendeu o trabalho para combater a mentalidade de “subsídio-dependência”, conforme afirmou, que passará por incentivar os jovens a trabalharem ativamente, como forma do atingimento dos objetivos pessoais de cada um e de sucesso pessoal e profissional. Afirmou existir procura por profissionais de diversas atividades, pelo que só mentalizando os jovens a trabalhar é que se poderá colmatar essas lacunas na procura de profissionais. Marco Furtado referiu-se também, na sua intervenção, à componente política de cada um dos presidentes de junta de freguesia, que deve pautar pela isenção partidária. Defende que aos presidentes de junta com menos experiência, deve-lhes ser dado a possibilidade de participar em congressos e formações autárquicas, por forma a adquirirem formação e beneficiar de partilha de experiências com outros autarcas mais antigos. Por outro lado, defendeu mais recursos para as próprias juntas de freguesia, permitindo-lhes manter a

capacidade de resposta junto da comunidade onde se inserem. Referiu ser igualmente importante manter espírito colaborativo com a Câmara Municipal ou com quaisquer outras entidades a quem se pretende reivindicar soluções para os problemas existentes. Essa colaboração poderá passar, em sua opinião, por levar o problema, mas também uma possível solução, ainda que em esboço, para facilitar a real resolução da questão. Considera que isso é a missão de cada autarca. Aproveitou para agradecer à Câmara Municipal da Ribeira Grande toda a colaboração que a Junta de Freguesia da Ribeirinha tem recebido na resolução das várias questões colocadas.-----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, informando os presentes que ir-se-ia então proceder ao período de intervenções por parte do público presente. Relembrou, no entanto, aos presentes que, por despacho do senhor presidente da Câmara Municipal, houve lugar a distribuição de pelouros que visa tornar presente. Informou caber ao senhor presidente da Câmara Municipal a coordenação de todas as divisões municipais. Cabe ao senhor Carlos Manuel Paiva Anselmo, vice-presidente da Câmara Municipal, a divisão do Ambiente, Serviços Urbanos e Equipamentos Municipais, a divisão de Obras Públicas e Trânsito, e Serviço de Apoio às Freguesias. À senhora vereadora doutora Cátia Filipa Carreiro Sousa, cabe a divisão de Urbanismo e Planeamento, o Gabinete Jurídico, o Gabinete de Apoio ao Múncipe e o Serviço de Gestão de Recursos Humanos. Ao senhor vereador doutor José António Garcia, cabe a divisão de Cultura, Juventude e Desporto, o Serviço de Comunicação e Imagem, Serviço de Apoio às Instituições, ao Turismo e à Economia Local. -----

Procedeu então ao início das intervenções do público presente. Tendo comparecido nesta sessão e inscrito a senhora: Laura Maria Dias Sousa, moradora na Avenida Joaquim Maria Cabral nº 19 freguesia da Ribeirinha desta cidade, com o número de identificação fiscal 218043627 (duzentos e dezoito milhões, quarenta e três mil, seiscentos e vinte sete). -----

A cidadã Laura Sousa iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo a oportunidade concedida, explicando que o motivo que a traz a esta Assembleia Municipal é o seu intento em demonstrar o seu desagrado e grande descontentamento, enquanto proprietária de uma unidade de alojamento local, em relação à casa mortuária localizada em frente ao seu alojamento local. Informou receber na sua unidade de alojamento local turistas de várias origens e nacionalidades, e que, quando estes necessitam de efetuar compras, encaminha-os para o comércio local. No entanto, afirma já ter recebido várias queixas de turistas que abreviam a sua estada pelo fato de, ao abrirem a janela do seu quarto, deparam-se com o cenário de movimentação de caixões, afirmando conseguir ver a partir de sua casa, e os seus clientes, a partir das janelas dos seus quartos, de todos os pormenores de cada cerimónia fúnebre realizada no espaço, o que classificou de horrível. afirmou já ter reunido com o pároco da freguesia, tendo tomado a liberdade de apresentar várias propostas que foram negadas. Contestou, por ter tido necessidade de se deslocar ao local, o fato dos cidadãos da freguesia não disporem de um espaço digno, detentor daquilo que considera como mínimas condições, para prestar uma última homenagem aos seus entes querido, onde se inclui também a deficiente acessibilidade, dando como exemplo que já foi necessário intervir ambulâncias no local, sendo a cidadã obrigada a pedir aos condutores das viaturas estacionadas que as deslocassem para permitir o acesso do veículo de socorro. Refere também são bem audíveis os lamentos dos familiares do defunto, expresso na forma de gritos, choros, compreendendo a sua existência e forma de acontecer, pese embora isso prejudique o seu negócio, o que lhe leva a pensar que, apesar de os empresários do setor estarem constantemente a serem desafiados a divulgar a sua localidade e o seu turismo, o que na realidade acontece, em sua opinião, é a divulgação do que apelidou de “turismo fúnebre”. A localização da atual casa mortuária já fez com que tivesse que ter desistido de realizar eventos de cariz cultural, como uma noite de fados que pretendia realizar, pois nessa mesma noite havia falecido uma pessoa

e decorriam as exéquias fúnebres, guardando assim respeito pelo infeliz sucedido e evitando publicidade negativa. Laura Sousa apelou ao bom senso e solicitou ajuda, desconhecendo a quem efetivamente o fazer, para ultrapassar a situação, informando que foi possível gerir a situação durante cinco anos, mas que receia não conseguir suportar mais, concluiu. -----

Solicitou intervir o cidadão **Álvaro Feijó**, que, apesar de não ter procedido a inscrição prévia, por desconhecimento da obrigatoriedade desse procedimento, foi autorizado a intervir. Por isso, registou igualmente o senhor Álvaro Garcia Feijó, morador na Estrada Regional nº 47, freguesia da Ribeirinha, com o número de identificação fiscal 106202308 (cento e seis milhões, duzentos e dois mil, trezentos e oito). -----

O senhor **Álvaro Feijó** começou por felicitar os presentes e os membros da Mesa. Cumprimentou em particular o senhor presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha pela sua intervenção, que considerou de brilhante, e pertinente. Dirigiu-se à Assembleia com o tema da obra de requalificação do Porto de Santa Iria, afirmando ter recebido um ofício no qual consta uma frase cuja redação é “Alteração do projeto de execução da empreitada de estabilização da orla costeira do porto”, datada de vinte e seis de novembro de dois mil e vinte um, com um valor de execução na cifra de setecentos e oitenta cinco mil, trezentos e vinte euros, mas nada mais afirma. Álvaro Feijó questiona sobre que alterações serão efetivadas com o valor apresentado e qual a duração do mesmo, entre outros, solicitando por isso à Assembleia esclarecimentos sobre o assunto.-----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do senhor professor Álvaro Feijó, agradecendo igualmente a oferta que efetuou à Mesa, cedendo uma cópia da sua última obra literária. O senhor presidente da Assembleia Municipal solicitou ao senhor presidente da Câmara Municipal que respondesse às questões colocadas.-----

O senhor **presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção cumprimentando os membros da Mesa, as senhoras e senhores deputados municipais e a vereação. Dirigiu um cumprimento especial ao senhor presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha e demais forças vivas da freguesia naquela Assembleia presentes, em particular à senhora presidente da Casa do Povo da Ribeirinha pela cedência do espaço. Cumprimentou igualmente os ouvintes da Rádio Nova Cidade que acompanham a transmissão em direto daquela reunião através da sua frequência rádio e online, através da rede social Facebook. Agradecendo as questões colocadas e respondendo à questão colocada pela senhora dona Laura Sousa, proprietária do alojamento local Vila Laura, Alexandre Gaudêncio afirmou que a casa mortuária da Ribeirinha é um espaço que está localizada naquele lugar há muitos anos e que, porventura, já não reunirá a totalidade das condições, incluindo as sanitárias, exigidas hoje em dia. Por outro lado, o senhor presidente da Câmara Municipal afirmou existir uma solução que já está a ser trabalhada, como foi comunicado pelo senhor presidente da Junta de Freguesia à proprietária do espaço de alojamento local, que é a casa mortuária da Matriz, que será a nova casa mortuária da Ribeira Grande e que vai permitir albergar também as pessoas da Ribeirinha, num espaço que será construído de raiz, no espaço traseiro ao atual cemitério de Nossa Senhora da Estrela. O projeto em apreço está a ser liderado pela Junta de Freguesia da Matriz, que foi a entidade promotora do projeto, afirmou, e que, desde a primeira hora, a Junta de Freguesia da Ribeirinha se associou. Afirmou também que a Câmara Municipal tem todo o interesse que o projeto avance, com o concurso público da empreitada a ser lançado no ano de dois mil e vinte um e o mesmo ficou deserto, pelo fato dos preços no setor da construção civil terem sofrido um aumento significativo, tendo sido alegado, por quem concorreu, que o preço base estava manifestamente baixo. Por isso, a Câmara Municipal solicitou ao gabinete de arquitetura que projetou a infraestrutura que procedesse à reformulação do projeto para que, das duas, uma: ou a reduzir a área por forma a baixar o orçamento para o preço base estabelecido, que ronda os quatrocentos mil euros, ou com base nos novos preços, reformular o projeto para que o preço base se aproximasse do ideal para que o concurso público não voltasse a ficar deserto,

reformulação que está a decorrer e cuja resposta é aguardada pela Câmara Municipal. Alexandre Gaudêncio informou que a solução não é a mais célere, mas é a mais adequada para retirar os óbitos da freguesia de Ribeirinha e que os velórios possam ser feitos de forma mais condigna. No entanto, o senhor presidente da Câmara Municipal já afirmou, em conversa formal com a dona Laura e com a Junta de Freguesia, estar consciente das atuais e expostas dificuldades da empresária, assim como da necessidade de manter a promoção turística da freguesia, pelo que voltou a demonstrar a disponibilidade para falar com a igreja e com o seu pároco para se tentar encontrar soluções que remedeiem o assunto, nomeadamente salvaguardar os hóspedes do alojamento local, assim como as pessoas que, infelizmente, têm que utilizar aquele espaço para velar os seus entes queridos, até estar disponível a nova casa mortuária da Ribeira Grande. Sobre a questão colocada pelo professor Álvaro Feijó e agradecendo a colocação da mesma, Alexandre Gaudêncio informou que, da última vez que reuniram com a senhora Secretária Regional das Obras Públicas, a mesma afirmou que o Plano e Orçamento regional de dois mil e vinte dois, já aprovado pelo Governo Regional, iria contemplar a verba para que a obra possa ser iniciada durante o corrente ano. O projeto, afirmou, de acordo o que tem sido conversado com o senhor presidente da Junta de Freguesia, que é a entidade que lidera o processo em conjunto com o Governo Regional, está numa fase bastante adiantada e que deverá ficar concluído dentro de muito pouco tempo, para que a obra possa ser lançada ainda este ano. No entanto, Alexandre Gaudêncio solicitou ao senhor presidente da Assembleia Municipal para que autorizasse a intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Ribeirinha, Marco Furtado, por forma a melhor responder à questão colocada.-----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** anuiu ao pedido do senhor presidente da Câmara Municipal e concedeu o uso da palavra ao senhor presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha. -----

O senhor **presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha** interveio, começando por afirmar que o projeto em apreço está a ser trabalhado desde o ano de dois mil e quatro, dois mil e cinco. Informa ter existido uma deslocação de técnicos do Laboratório Regional de Engenharia Civil ao local, para estabilização dos taludes, porque a alternativa que existia anteriormente foi chumbada por essa entidade. Informou ter-se realizado uma reunião com o anterior Diretor (Regional dos Assuntos, n.d.r.) do Mar, o doutor Filipe Porteiro, que afirmou que o parecer do Laboratório havia sido positivo, o que na verdade, não foi. Depois da deslocação do senhor engenheiro Amaral ao local das obras, a Junta de Freguesia conseguiu junto ao proprietário dos terrenos que o mesmo cedesse a porção de terreno necessária para que, em caso de necessidade, pudesse ser demolida toda a área que apresenta maior risco de ruir e isso motivou a alteração comunicada pelo senhor professor Álvaro Feijó. afirmou também Marco Furtado que o valor se mantém e que isso foi comprovado por e-mail que terá sido enviado pelo próprio à senhora Secretária Regional das Obras Públicas, sendo que a única questão que paira sobre a obra é sobre se será necessário fazer a lapidação daquela encosta ou se passaria por um sistema de pregagem com redes, deixando Marco Furtado a informação de não concordar com a última opção, pelo custo que a solução apresentada implica, cuja aplicação noutras zonas seria mais bem empregue, já para não falar no efeito de “cassete”, denominação utilizada pelos geólogos, existente naquela zona, que podem levar à queda sistematizada das zonas existentes. O senhor presidente da Junta de Freguesia concluiu a sua explanação, informando que a obra vai mesmo arrancar em dois mil e vinte dois.-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o senhor **presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção de todos e abriu o período de Antes da Ordem do Dia. ----

ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** solicitou à senhora dona Rosa Menezes a realização da chamada nominal das senhoras e senhores deputados para efeitos de registo de presenças, registando-se quórum. De seguida colocou à apreciação e votação dos presentes, a ata da sessão deste órgão de vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte um. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** informou haver um lapso na ata em apreciação pois a mesma veio numerada como sendo a número um de dois mil e vinte dois, ao invés da numeração sequencial do ano de dois mil e vinte um. -----

A senhora dona **Rosa Menezes** explicou que o lapso se deveu a uma antecipação de documentos para a presente sessão da Assembleia Municipal, tendo esse erro sido verificado apenas para quem recebeu a ata em papel, sendo que a versão eletrónica disponível no sítio da internet da Câmara Municipal da Ribeira Grande possui a versão correta. -----

Não havendo mais apreciações sobre a referida ata, o senhor **presidente da Assembleia Municipal** colocou a ata a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com trinta e dois votos a favor e uma abstenção, por parte do deputado Pedro Henrique Sousa Pavão, por não ter estado presente na sessão. -----

De seguida, o senhor **presidente da Assembleia Municipal** fez referência à correspondência recebida, destacando o relatório apresentado pelo presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha que foi quem representou a Assembleia no último Congresso dos Municípios, em que considerou o congresso extremamente proveitoso, quer quanto aos temas debatidos, quer quanto à votação em que participou: os financiamentos das autarquias, a “bazuca” financeira, entre outros, tendo também destacado os discursos de suas excelências, o senhor Presidente da República e do senhor Primeiro-Ministro, que deram máxima importância ao poder local, tendo José Luís Pontes convidado o senhor presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, concedendo o uso da palavra, para esclarecimentos adicionais, caso assim o entendesse. -----

O senhor **presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha** interveio sobre o assunto, reafirmando o quão proveitoso julgou que o Congresso foi, tanto pela situação política em que foi debatido, bem como pela questão dos financiamentos, que são sempre importantes na perspetiva dos autarcas das freguesias, e também pela troca de experiências realizada no local. Informa ter aproveitado o encontro para conhecer novas soluções, nomeadamente para tratamento de resíduos, como são novos modelos de caixotes de lixo a serem aplicados nas freguesias, aproveitando para trocar algumas informações, reafirmando por isso e também que, em próximas oportunidades, possa ser dada oportunidade aos presidentes de junta mais novos para participarem nessas iniciativas porque a experiência é gratificante do ponto de vista prático e operacional. -----

Solicitou intervir o senhor **deputado Fernando Cordeiro**, tendo observado vir mencionado no ponto três do resumo de correspondência, a receção de um ofício por parte da administração da Atlantic Falcon, S.A. acerca da exploração de água mineral natural sita em Lombadas, investimento enquadrado em P.D.M. (Plano Diretor Municipal, n.d.r.), indicando que não veio reproduzida em anexo a carta, cujo teor é totalmente desconhecido. Tendo conhecimento que o investimento em causa foi discutido numa das sessões da Assembleia Municipal, no anterior mandato, o senhor deputado questiona sobre a possibilidade de informarem a quem é que esse ofício é dirigido e qual o seu teor, visto tratar-se de um investimento muito importante para a Ribeira Grande. Solicitou por isso ao senhor presidente da Câmara Municipal o esclarecimento, se assim o entender fazer, dada a importância dada ao investimento que iria promover emprego e dinamização empresarial. -----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** explicou, em resposta ao senhor deputado Fernando Cordeiro, que o ofício da Atlantic Falcon foi dirigido ao presidente da Mesa da Assembleia Municipal fazendo o enquadramento do que havido sido acabado de referir: o projeto foi aprovado no anterior mandato, em sede de Assembleia Municipal, vindo o seu promotor reiterar o interesse do grupo económico na continuação do projeto, assim como houvesse abertura para que, no futuro, pudesse ser discutido uma possível suspensão do Plano Diretor Municipal que permitisse a apresentação desse projeto para apoios. O ato foi justificado pelo fato de terem tomado conhecimento que havia um novo elenco na Mesa da Assembleia Municipal, tendo José Luís Pontes classificado o ofício e o procedimento como “informal”, que serviu igualmente para apresentação do projeto, informando que o documento é público e que poderá ser disponibilizada uma cópia do mesmo, por não ser prática a distribuição da correspondência recebida. Afirmou que o procedimento é idêntico para todos os documentos que as senhoras e senhores deputados julgarem prementes consultar. O senhor presidente da Assembleia Municipal convidou o senhor presidente da Câmara Municipal a comentar, se julgasse necessário.-----

O senhor **presidente da Câmara Municipal** aceitou o repto lançado pelo senhor presidente da Assembleia Municipal e interveio, começando por recordar que foi apresentado na última sessão da Assembleia Municipal o projeto da fábrica da água das Lombadas e foi solicitado, e até mesmo aprovado, a suspensão do PDM para o local onde pretendiam construir a fábrica. Depois disso, continuou, e tendo já passado quatro anos, foi sendo dado conta e por isso, tendo sido tomado conhecimento pela comunicação social, que a empresa a quem tinha sido concessionado aquele projeto tinha desistido do mesmo. Informou que a Câmara Municipal foi contactada no final do ano de dois mil e vinte um, já com este novo elenco camarário em funções e com o senhor presidente da Assembleia Municipal empossado, pela mesma empresa, a informar que tinha conseguido retomar o processo e que o mesmo encontrava-se novamente em marcha. Por isso informaram que estão a reunir novamente toda a informação necessária para que, em caso de avançar, submetam novamente o pedido a esta Assembleia Municipal para uma eventual suspensão de PDM. Alexandre Gaudêncio informou que tem havido diálogo e que o projeto está de pé, mas que o mesmo não depende única e exclusivamente da Câmara Municipal, disse. Deduz que o promotor deverá estar a tratar do financiamento, pois trata-se de um projeto que recorrerá a fundos comunitários, pelo que, assim que reúnam a informação necessária, o assunto será trazido a Assembleia Municipal para que seja deliberada a decisão. -----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** questionou os presentes sobre a eventual existência de mais questões sobre a correspondência, o que, não havendo, questionou a Assembleia se pretendia interpelar o senhor presidente da Câmara Municipal sobre algum assunto. Não havendo inscrições, colocou à disposição das senhoras e senhores deputados a possibilidade de intervirem, mediante inscrição. -----

O senhor **deputado Rui Maré** solicitou intervir, começando a sua intervenção cumprimentando a Mesa, o executivo camarário, as senhoras e senhores deputados, e os dirigentes associativos presentes, cujas instituições que dirigem muito orgulham a freguesia e o concelho, referiu. De seguida, dirigiu-se à Assembleia e público presente, com uma intervenção de felicitações à comunidade da freguesia da Ribeirinha, abaixo transcrita. -----

“Em nome da Bancada do Partido Social Democrata desta Assembleia Municipal da Ribeira Grande, na pessoa do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Marco Furtado quero felicitar todos os cidadãos desta bonita e promissora freguesia da Ribeirinha. -----

A Freguesia da Ribeirinha é um exemplo de Comunidade claro que também tem os seus problemas, mas são poucas as freguesias que continuam a ter em atividade de forma dinâmica certa de 10 instituições /Forças Vivas. -----

Para todos os atuais dirigentes e benfeitores as nossas palavras de apreço e de reconhecimento pelo trabalho difícil, mas bem executado e reconhecido junto dos seus Jovens e menos Jovens desta Comunidade. -----

Quero que fique registado em Ata desta Assembleia Municipal o reconhecimento do trabalho meritório destas equipas no desenvolvimento socio cultural da Freguesia da Ribeirinha de forma aleatória, passo a nomear: -----

- Assembleia de Freguesia sempre colaborante, atenta e diligente. -----
- Junta de Freguesia com uma equipa extremamente dedicada, preocupada, diligente e interventiva. -----
- Caso do Povo sempre disponível, atenta às necessidades, acolhedora e muito interventiva a vários níveis. -----
- Escola Básica da Ribeirinha sempre cooperante e essencial nos alicerces do futuro. -----
- Filarmónica Santíssimo Salvador do Mundo muito profissional, interativa, colaborante e empreendedora. -----
- Associação Vassoura de Milho mobilizadora, interativa e muito dinâmica. -----
- Associação Unidos por Si sempre atenta, preocupada, com excelente ação Social. -----
- Romeiros da Ribeirinha sempre presentes e disponíveis. -----
- Associação Juvenil Os Ribeirinhos sempre motivada, acolhedora, disponível, interativa e dinâmica. -----
- Escuteiros da Ribeirinha – Agrupamento 63 - um exemplo. -----
- Associação de Veteranos – Mancha Negra muito dinâmica, experiente e ativa -----
- Comissão Fabriqueira da Igreja - sempre ativa e empreendedora -----

Os cidadãos da Freguesia da Ribeirinha podem orgulhar-se de viver e pertencerem a uma freguesia com um grande passado, um presente tranquilo e um futuro muito promissor, tanto a nível cultural como empresarial. -----

Uma freguesia que sabe receber, que sabe servir e que sabe mobilizar. -----

Em nome da Bancada do Partido Social Democrata as nossas felicitações a toda a comunidade da Freguesia, com um sublinho especial ao professor Álvaro Feijó sempre presente nos alicerces do desenvolvimento desta freguesia”, disse. -----

Terminada a intervenção de felicitações, o senhor **deputado Rui Maré** manifestou o interesse em questionar o executivo camarário, antes do início da Ordem de Trabalhos, enquadrando que, nos últimos meses, fruto da pandemia, todas as empresas do setor terciário, seja o comércio, sejam os serviços turísticos e de restauração, estão a viver momentos que considerou como de “crise” e de “agoniantes”, fruto de vários fatores, afirmou, tal como são os altos números de pessoas infetadas, dos vários milhares de pessoas confinadas, a grande redução do fluxo turístico, a incerteza dos mercados e a contínua redução do poder de compra. Neste sentido e neste contexto, que classificou de difícil para o comércio e serviços turísticos, questionou o executivo se a Câmara Municipal está a prever apoiar, tal como fez no passado, esse setor com algum pacote de medidas específicas por forma a aliviar esse mau momento. --

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** solicitou intervir, começando por agradecer, em nome do grupo de vogais eleitos pelo P.S. (Partido Socialista, n.d.r.) a forma hospitaleira como a Ribeirinha os está a receber na pessoa do senhor presidente da Junta de Freguesia e das palavras amáveis que dirigiu a todos, e também na pessoa da senhora presidente da Casa do Povo da Ribeirinha que, amavelmente, disponibilizou as suas instalações onde esta reunião decorre. Posto isto, Fernando Cordeiro informou pretender aproveitar a oportunidade do período de Antes da Ordem do Dia para obter, junto do senhor presidente da Câmara Municipal, de informação do projeto denominado de Blue Lagoon. Informou que, numa das

reuniões da Assembleia Municipal cuja data não se recorda, mas que aconteceu no anterior mandato, foi trazido a conhecimento desta Assembleia a intenção da concretização de um investimento denominado de Blue Lagoon, que foi apresentado como um projeto estruturante em termos industriais e empresariais, que perspetivava uma mais-valia muito importante para o concelho, na criação de emprego qualificado e de se tratar de um projeto ambientalmente sustentável. Informou que foram por essas mais valias que a Câmara Municipal de então tivesse proposto à Assembleia Municipal a suspensão do Plano Diretor Municipal, permitindo que os terrenos onde se previa a que viesse a ser instalado esse projeto pudessem ser enquadrados em termos urbanísticos no concelho. Na altura, o projeto Blue Lagoon pareceu ser muito importante e que por isso mesmo mereceu, no que diz respeito à suspensão do PDM, a aprovação do grupo de vogais eleitos pelo PS. Informa agora que já passou algum tempo e por isso o senhor deputado gostaria de saber um ponto de situação do referido projeto. -----

Solicitou igualmente intervir, o senhor **deputado Pedro Pavão**, questionado o senhor presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação do Campo de Jogos de Rabo de Peixe visto que o mesmo tem sido notícia na comunicação social; questionou também para quando o arranque da segunda fase da obra e observou que a presença do Clube Desportivo de Rabo de Peixe no Estádio Municipal da Ribeira Grande tem penalizado a ação de um clube histórico do concelho. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** voltou a solicitar intervir, começando por informar que tomou conhecimento, por força do ponto três da Ordem de Trabalhos, que trata as declarações plurianuais – pagamentos e recebimentos em atraso a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte um, do fato da Câmara Municipal da Ribeira Grande ser credora de cerca de novecentos e dezassete mil euros de créditos vencidos e não pagos relativos aos fornecimentos de água, recola de resíduos e habitação, mais propriamente rendas. Informa que vêm discriminados, num ficheiro comprimido, os respetivos credores e a origem dos respetivos créditos. O senhor deputado pretende saber junto do senhor presidente da Câmara Municipal - atendendo ao valor que está em causa e à antiguidade de alguns desses créditos, que reportam ao ano de dois mil e quinze, o que deixou o senhor deputado “estupefato”, pela habitual escassez de meios financeiros – qual a explicação que tem para o sucedido e que diligências se propõe a Câmara realizar para receber esses créditos, assim como o motivo de ainda não ter realizado essas mesmas diligências. Alertou para o fato de, existindo dívidas sobre rendas, as mesmas prescrevem ao fim de cinco anos, conforme consta do Código Civil no artigo trezentos e dezassete. -----

O senhor **deputado Jorge Silva** solicitou o uso da palavra, iniciando a sua intervenção cumprimentando os presentes e destacando as forças vivas da Ribeirinha presentes na Assembleia. Afirmou, com a sua intervenção, querer corroborar aquilo que o senhor deputado Fernando Cordeiro acabou de proferir, quanto à enorme dívida existente pela parte de várias centenas de municípios à Câmara Municipal da Ribeira Grande. Afirmar serem realmente muitos e as suas dívidas, somadas, constituem um valor bastante avultado. Recorda também aos presentes que a maioria das dívidas existentes são de cariz social, isto é, explicou, dizem respeito a pessoas que não pagam as rendas das casas que habitam, que vivem, na sua maioria, com bastantes dificuldades, o que as impede de pagar, embora os valores sejam devidos e deveriam ser recebidos. Para mais, os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte um foram bastante difíceis para várias famílias, afirmou, o que terá contribuído para o agravar dessa situação. Também não pode deixar de estranhar, afirmou, que durante muito mais que cinco anos, o Governo Regional anterior deveu a esta Câmara Municipal sempre mais de um milhão de euros e que nunca viu da parte do senhor Fernando Cordeiro, na Assembleia Municipal, o levantar de voz para chamar a atenção sobre esse assunto. Por isso estranha, embora corroborando o que disse o senhor deputado Fernando Cordeiro, essa chamada de atenção que agora faz quando, em situações anteriores muito mais aflitivas para as contas da

Câmara, nunca levantou qualquer voz sobre uma dívida muito maior do que a agora referida e que não era de cariz social. -----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao senhor presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

O senhor **presidente da Câmara Municipal** interveio, começando por responder ao senhor deputado Rui Maré, informando que passado o período mais grave da pandemia, conforme já foi tornado público, serão aliviadas algumas medidas logo a seguir ao carnaval nos Açores, daí poder adiantar já algumas novidades para o presente ano, nomeadamente a nível cultural, dando nota também do que a Câmara Municipal fez ao longo desse tempo. Recordou que a soma de todos os valores, desde apoios, passando por isenções de pagamentos, ultrapassou o meio milhão de euros no apoio direto à economia local. Esse apoio traduziu-se igualmente em programas mais específicos, nomeadamente para os comerciantes que foram mais afetados, através da criação de um regulamento, que foi aprovado à data, que permitiu atribuir subsídios a fundo perdido que totalizaram cerca de cento e vinte mil euros. Esses pagamentos foram realizados de forma faseada, em que os concorrentes submeteram os seus pedidos e foram ressarcidos durante o ano de dois mil e vinte, acontecendo o mesmo em dois mil e vinte um, numa medida que abrangia largas centenas de pessoas e empresários em nome individual. Alexandre Gaudêncio informou que o que está previsto realizar em dois mil e vinte dois, fruto até da aprovação pela vereação presente em reunião de Câmara realizada no dia anterior, é o lançamento de um programa de apoio à restauração. Será um programa idêntico ao já realizado no passado, que incentiva o consumo nos restaurantes locais aderentes, que decorrerá entre vinte e quatro de fevereiro e vinte e cinco de abril, em que as crianças não pagam ao virem jantar à Ribeira Grande, desde que acompanhadas por um adulto, mediante um conjunto de critérios. A medida faz com que a Câmara Municipal assumira o custo de um menu infantil com valor máximo de sete euros e cinquenta cêntimos, por criança, desde que o adulto consuma, no mínimo, doze euros e cinquenta cêntimos. Esta parceria é realizada com a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, tal como aconteceu anteriormente, e possui uma verba alocada de vinte e cinco mil euros, pelo menos nesta fase, incentivando a vinda de pessoas à Ribeira Grande e apelando ao consumo nos restaurantes locais aderentes. Também novidade em dois mil e vinte dois e referente ao pelouro do vereador José António Garcia, informou, é a planificação de um vasto programa cultural que pretende ser levado a cabo, assim que as medidas impostas pela pandemia sejam aligeiradas, o que se prevê para depois do carnaval. Esse programa cultural, afirmou, será bastante intensivo e incluirá o Teatro Ribeiragrandense, o apoio a algumas festividades, a realização de eventos-chave como é a Festa da Flor, as Marchas de São Pedro, as Cavalhadas e a Feira Quinhentista e alguns apoios pontuais a eventos que possam realizar-se no concelho. Alexandre Gaudêncio opinou que esta é a grande ajuda que pode ser dada à economia local e aos seus empresários, incluindo os dos setores referidos, anunciando desde já essas novidades, para que possam saber o que se vai passar ao longo do ano e para que isso possa ser mais um atrativo para trazer pessoas à Ribeira Grande. Informou também que a Câmara Municipal irá marcar presença na edição deste ano da Bolsa de Turismo de Lisboa, tal como vinha acontecendo no período pré-pandemia, numa participação conjunta com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, indicando que os dezanove municípios vão estar todos juntos num único espaço que é promovido pelo Governo dos Açores através do Turismo dos Açores para incentivar a vinda à Ribeira Grande e promover o concelho fora da região. Em resposta ao senhor deputado Fernando Cordeiro, Alexandre Gaudêncio começou por corrigir a designação do projeto, que não era Blue Lagoon, mas sim Água de Fogo, explicando que a designação Blue Lagoon foi um estudo que a Câmara Municipal fez para potenciar a geotermia existente no concelho para fins turísticos. Informou que tem sido mantido diálogo com os respetivos promotores, tendo recebido os mesmos ainda no mês anterior, que, em visita à Ribeira Grande, informaram que o projeto está a ser reformulado, aproveitando o compasso de espera criado pela pandemia, para que seja implementado numa área muito maior do que a inicialmente prevista, com menor

impacto possível. O novo projeto ocupará uma área de cento e oitenta hectares (mais de cento e oitenta mil metros quadrados), numa única zona envolvente, com baixo índice de construção que não chega a um por cento de toda a área. Alexandre Gaudêncio afirmou que o projeto prossegue, que está a ser sujeito a reformulação e que os promotores mantêm o interesse na sua concretização; que o promotor já possui autorização para prospeção das águas e aproveitamento do calor geotérmico, que neste momento é aproveitado para fins energéticos. Em relação à questão colocada sobre os recebimentos em atraso, o senhor presidente da Câmara Municipal informou congratular-se com a observação e preocupação do senhor deputado, informando que esta é uma situação que não é recente e que, quando entraram para a Câmara Municipal, os valores em aberto não diferiam muito deste montante. Predispôs-se a informar que esforços têm vindo a ser feitos para serem ressarcidos dos valores em dívida, informando que a grande novidade é que, no início do anterior mandato, foi realizado um protocolo com o Serviço de Finanças da Ribeira Grande – a Câmara da Ribeira Grande é das poucas autarquias que possui esse tipo de protocolo, salientou – que passou a permitir que a execução fiscal passe a ser cobrada pelo Serviço de Finanças do concelho. A medida tem apresentado resultados bem melhores do que a simples notificação pelo Município, afirmou, pois quando se recebe um ofício por parte das Finanças a atitude é diferente do que quando se recebe uma carta da Câmara Municipal, e isso tem permitido, informou, que as pessoas possuam maior atenção e intenção em pagar essas dívidas. Reconheceu que não está tudo feito, podendo exemplificar com casos práticos o porquê da duração de algumas dessas dívidas, que se resumem ao fato de muitas das execuções fiscais que são enviadas, são posteriormente devolvidas pois os sujeitos envolvidos estão em insolvência, o que impede a cobrança daquela dívida e a mesma só desaparece, quando é prescrita, conforme foi, e bem, afirmado pelo senhor deputado, disse, informando que na reunião de Câmara realizada no dia anterior, foi levado para deliberação uma prescrição de dois mil e doze, referentes a dívidas de água e saneamento. Concluiu a sua resposta a essa questão, informando que cada caso tem que ser analisado individualmente e que a Câmara Municipal tem encontrado, junto de algumas famílias, a possibilidade de negociar planos de pagamento e que o trabalho feito é visível, mas que ainda há muito mais a fazer. Em resposta ao senhor deputado Pedro Pavão, Alexandre Gaudêncio adiantou que o Campo de Jogos de Rabo de Peixe será inaugurado no mês de março, podendo, a partir desse momento, serem realizados no recinto jogos oficiais e treinos. Isso significará que o Clube Desportivo de Rabo de Peixe passará a possuir um campo próprio e que o clube poderá já disputar nesse campo, a segunda fase do Campeonato de Portugal. Quanto à segunda fase do projeto, que passa pela complementarização dos serviços de apoio ao campo, nomeadamente dois balneários adicionais, criação de zona técnica de apoio, onde se inclui sede social, ginásio de apoio aos atletas, e outros equipamentos previstos para essa fase, a Câmara Municipal está em condições, afirmou, de lançar a concurso a obra em finais do mês de fevereiro ou princípios do mês de março, informando que o projeto sofreu uma reformulação para complementar esta fase que está sendo concluída.-----

A senhora **deputada Carla Rita** solicitou o uso da palavra, começando a sua intervenção por cumprimentar os presentes assim como as forças vivas da Ribeirinha, aproveitando o momento para agradecer ao senhor presidente da Assembleia Municipal o cartão de felicitações que recebeu por ocasião do seu aniversário. Afirmou que o assunto que pretende abordar poderá ser delicado para si, por ser da freguesia da Maia, que é o do ramal Lombinha da Maia-Maia, que é oficialmente denominado Caminho Municipal Quinhentos e Dezanove. A via está intransitável desde dois mil e dezasseis, informou, devido a enormes derrocadas que foram surgindo ao longo do tempo e que o atual executivo da Câmara teve coragem de intervir, ao fim de sessenta anos. Considera que essa intervenção começou mal e que, pelos vistos, vai acabar mal, disse. Recorda que em agosto de dois mil e dezasseis, o trânsito naquela via ficou condicionado: onde havia zonas que segundo o Laboratório de Engenharia Civil considerava como zonas perigosas quer a nível de derrocadas, dos taludes e mesmo da própria via. Em consulta a documentos que são públicos e que estão sítio da internet da Câmara Municipal, a senhora deputada referiu que em catorze de maio de dois mil e dezanove, em reunião realizada

na Junta de Freguesia da Maia, é referido que o senhor presidente afirma estar em preparação o concurso para requalificação daquele acesso e que o prazo de execução da primeira fase é de seis meses. É também referido que no final da primeira fase, estaria a ser preparada a segunda. A outra data encontrada pela senhora deputada é de vinte e seis de novembro do mesmo ano, em que é referido que foi lançado o concurso, cuja adjudicação aconteceu em abril do ano seguinte, à empresa Marques, S.A. Referiu a senhora deputada que estamos em dois mil e vinte dois e que nenhuma das fases está concluída, afirmando a senhora deputada que, todas as vezes que passa a pé por aquele caminho, fica com medo pois, apesar de ser leiga na matéria, considera que aquele acesso nunca será seguro. Acresce o fato de se tratar de uma via com dois metros e meio de largura, cada, mas que possuirá um passeio a norte da via, com um metro e vinte centímetros. Ainda nessa via poder-se-ão constatar algumas moradias que estarão em situação ilegal, um fato que foi comunicado à Câmara Municipal; em que houve um prolongamento de um muro de uma moradia efetuado por um casal de cidadãos alemães, que ocupou e retirou espaço ao passeio e à via, sendo que o poste de luz existente está inserido no muro daquela moradia, questionando a senhora deputada como vai ser resolvida a situação, uma vez que está localizada numa curva que considera perigosa e sujeita ao perigo de derrocada. Outra das preocupações a transmitir pela senhora deputada prende-se com o escoamento de água que brota das pedreiras existentes, que é feito na projeção do cimento ao invés de acontecer nas tubagens lá colocadas. Recordou, em especial aos ouvintes da Rádio Nova Cidade que estão a acompanhar a transmissão da Assembleia Municipal, que aquela obra é de exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal da Ribeira Grande. -----

O senhor **deputado Rui Maré** solicitou intervir, afirmando que, naturalmente, todos comungam da preocupação de que aquela via é efetivamente importante e que a retoma da circulação na mesma é urgente, sendo que a via faz imensa falta ao povo da Maia. No entanto, o senhor deputado manifestou preocupação ao ouvir a senhora deputada Carla Rita a dizer que a obra vai acabar mal, deduzindo que a senhora deputada detém conhecimentos de engenharia para proferir aquela afirmação. Relembrou, no entanto, que sendo aquela obra requerida pela população há mais de sessenta anos, que foi esta Câmara Municipal que teve coragem de orçamentar e realizar uma obra que, no seu todo, informou, possui um orçamento superior a um milhão, setecentos mil euros, e que teve o cuidado e preocupação, apesar da existência de alguns contratemplos técnicos que existiram, já no decorrer do projeto, tais como são os vistos do Tribunal de Contas, cuja projeto ainda aguarda, de reforçar a obra em quinhentos e onze mil euros, num assunto a abordar mais à frente nesta Assembleia, pelo que solicita que se tenha uma atitude positiva e construtiva para que a obra avance, ao invés de só agora estarem a apontar falhas e defeitos, quando a mesma foi discutida e é do conhecimento das partes interessadas. Condenou que agora tudo pareça mal, afirmando que o então Governo dos Açores do Partido Socialista, apesar de ter tido uma discriminação positiva para com a Maia, que o senhor deputado não condena, por fazer parte da Ribeira Grande, mas que critica por não ter tomado a iniciativa de intervir naquela via, como seria sua responsabilidade. -----

A senhora **deputada Carla Rita** solicitou novamente o uso da palavra, para, em resposta ao senhor deputado Rui Maré, afirmar que ninguém a ensaiou para ir à Assembleia Municipal discutir o assunto. Aliás, afirmou ter congratulado a Câmara Municipal pelo fato de, ao fim de sessenta anos, ter tido a coragem de chamar a si aquela intervenção naquele local, conforme referiu. Reconheceu que, de fato, existiram percalços, mas preocupa-a mais aquilo que afirmou ver com os seus olhos. Ao afirmar que não começou bem, refere-se ao fato de terem existido derrocadas, um fato que ainda há dias se repetiu, conforme afirmou, sendo que, houve uma enxurrada que veio para a Maia, tendo sido criada uma proteção que impediu que chegasse às casas na Maia. A questão colocada é que a obra se está a arrastar, os prazos estabelecidos não são cumpridos, afirmou, e isso está a “matar” a Maia, pois o tempo e distância a percorrer até chegar à Maia, por mais cinco ou dez minutos, vem-se até à Ribeira Grande, afirmou. O que a senhora deputada pretende saber é se a primeira fase já está concluída e quando arranca a segunda fase. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** solicitou o uso da palavra, esclarecendo que a senhora deputada Carla Rita não estaria a falar sobre nenhuma questão técnica porque, obviamente, a sua intervenção baseou-se em senso comum, o que considerou todos terem a capacidade de analisar se uma determinada situação está a correr bem ou mal. Reforçou que quando a senhora deputada se referiu que a obra iria acabar mal, referir-se-ia à atual situação vivida na Maia, em que, com a deslocação de pessoas para a Ribeira Grande pelo incómodo causado pela não passagem naquela via, o comércio e serviços na Maia ficam desprovidos de quem os procure e por isso, insolventes, tendo informado que existem já pessoas e empresas a passar por grandes dificuldades pela asfixia que a freguesia está a sofrer, disse, por força do atraso verificado naquela obra. Considerou que estar a proteger a Câmara Municipal e arranjar “desculpas de mau pagador” é um mau serviço e uma má e menos condigna representação dos cidadãos da Maia. -----

O senhor **deputado Rui Maré** voltou a solicitar o uso da palavra, em resposta ao senhor deputado Fernando Cordeiro, afirmando ver-se obrigado a levar a questão para o lado político quando não o queria fazer: recordou que no início da sua intervenção afirmou estar solidário com a preocupação manifestada pela senhora deputada Carla Rita e que todos estavam sensíveis ao assunto e à premência da sua resolução. No entanto, afirmou, que quem matou a Maia não foi a Câmara Municipal da Ribeira Grande, e que a situação já vem de há mais tempo: a situação vem do tempo do início das SCUT, pelo Governo Regional eleito pelo PS e que não atendeu às solicitações da Junta de Freguesia, deixando a Maia com acessos deficitários e não salvaguardando acessos condignos, considerando que esse aspeto é que marcou o início do que alegou o senhor deputado Fernando Cordeiro de morte da Maia, e não a intervenção agora realizada pela Câmara Municipal. Por outro lado, recordou que o Tribunal de Contas foi quem afirmou que a Maia, nos últimos três ou quatro anos, foi a freguesia que mais dinheiro recebeu do Governo Regional e que continua a ser a freguesia em declínio, uma situação que preocupa a todos, mas que isso não é culpa da Câmara Municipal, apelando a que existe verdade no discurso adotado. -----

O senhor **deputado Jorge Silva** solicitou o uso da palavra, pretendeu recordar os presentes, atendendo a tudo o que foi dito sobre os acessos à freguesia da Maia e à intervenção do senhor deputado Rui Maré, que no período de construção das SCUT foi, por diversas vezes, levado à Assembleia Municipal da Ribeira Grande petições, votos de recomendação, entre outros, para que os acessos a São Brás e à Maia tivessem outra atenção, referiu, e o PS na Assembleia Municipal votou sempre contra todas essas petições, sendo que a Junta de Freguesia da Maia da altura nunca se associou a qualquer uma dessas petições, recomendando a que consultem as atas da Assembleia, caso não se recordem. -----

O senhor **presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra para responder à senhora deputada Carla Rita, iniciando a sua intervenção afirmando reconhecer a pertinência da questão, mas pretendendo fazer um enquadramento sobre o assunto. Conforme foi referido e bem pelo senhor deputado Rui Maré, afirmou, este era um problema que existia há mais de cinquenta anos e que, por razões que recusou apelar, não houve um executivo camarário até à data que tivesse a coragem de olhar para aquela obra e chamar a si a sua resolução, disse. Alexandre Gaudêncio continuou a sua intervenção, afirmando que foi esta Câmara Municipal, no anterior mandato que, em conjunto com o executivo da Junta de Freguesia de então, liderado pelo senhor Jaime Rita, que foi sempre um parceiro ativo e que, o projeto que foi concretizado de forma inicial foi avalizado pela própria Junta, após terem sido feitas alterações por sugestão da mesma. Continuou explicando que a obra até estava a decorrer bem, quando em janeiro deu-se uma grande derrocada, não por culpa da obra, conforme pode ser comprovado pelos relatórios sobre o incidente, disse, mas motivada por uma acumulação excessiva de água na zona que estava a ser alvo de intervenção, mas que não estava concluída, o que resultou no desabamento para a via pública e prejudicou uma das casas. Foi

desencadeado de imediato um processo de averiguações para saber o que havia acontecido e que não foi apontado motivo à execução técnica da obra. O desabamento fez com que tudo se atrasasse, referiu, mas era imperativo saber se o projeto, conforme estava a ser executado, se estava de acordo ou não com as regras. É por isso que, até por recomendação de outras entidades, foi colocado, desde a primeira hora, o Laboratório Regional de Engenharia Civil a acompanhar a obra e o projeto. Alexandre Gaudêncio afirmou ter ficado com a impressão que, da intervenção da senhora deputada, terá ficado a ideia de que aquela obra havia sido mal pensada. O senhor presidente da Câmara Municipal afirmou confiar nas entidades, as técnicas e também no Laboratório Regional de Engenharia Civil, quando aconselharam aquela execução que está a ser feita. Não obstante o motivo do desabamento verificado, foi reforçado o orçamento inicial da obra que estava cifrado em quinhentos e cinquenta mil euros, em duzentos e cinquenta mil euros adicionais para trabalhos a mais para reforçar aquela zona onde aconteceu a derrocada com um muro de suporte, para evitar situações similares no futuro, que possam prejudicar pessoas e bens. A primeira fase da obra está concluída, afirmou, mas, em consonância com a senhora presidente da Junta de Freguesia, foi tomada a decisão de não abrir, para já, a via ao público, para se poder aferir a existência ou não de mais alguma derrocada, sem que isso prejudique as pessoas. Atualmente, afirmou Alexandre Gaudêncio, foi contactado o Laboratório Regional de Engenharia Civil que reformulou o projeto e que isso obrigará a novo reforço de orçamento, como consta aliás de ponto específico a discutir no período da Ordem do Dia, sendo que vai ser lançada a obra por um valor de um milhão, setecentos mil euros, ou seja, a obra, na sua totalidade, vai custar mais de dois milhões e meio de euros. Esta segunda fase vai contemplar uma via de cinco metros, com mais um metro e vinte de passeio e uma zona galgável de vala, do lado sul, junto aos taludes, pare que possa absorver toda a água que possa ali cair. Para além disso e como evolução ao projeto, está contemplado o reforço do abastecimento de água à freguesia da Maia, com origem na Lombinha, através de uma nova conduta que será construída, assim como será construída uma nova rede de águas residuais e a aplicação de um novo pavimento até, praticamente, ao início da Lombinha, numa intervenção que acontecerá até à ponte da Lombinha. O projeto aguarda o parecer das demais entidades envolvidas na área e isso será o fator que permitirá lançar o concurso público da obra. Alexandre Gaudêncio adiantou que a fiscalização da segunda fase da obra ficará a cargo do Laboratório Regional de Engenharia Civil. Em resposta ao senhor deputado Fernando Cordeiro e deixando claro que se trata de uma opinião pessoal, não é aquela rua que está a matar a freguesia da Maia ou o seu comércio. Houve uma série de situações que acontecerem e que a pandemia também não veio ajudar, opinou, o que gerou o atual momento, mas a responsabilidade da situação não poderá ser atribuída única e exclusivamente àquela obra. Gaudêncio afirmou que a obra e o seu percurso também poderão ter contribuído, mas que esse não será o principal motivo e que as culpas não podem recair na Câmara Municipal da Ribeira Grande.-----

A senhora **vereadora Lurdes Alfinete** solicitou o uso da palavra para afirmar ter sido injustamente interpelada pelo senhor deputado Jorge Silva. A senhora deputada lembra que o seu papel nesta Assembleia é o de fazer parte de um órgão que respeita, que é a Câmara Municipal e é devotar o seu respeito a esta Assembleia que é aquilo que merece. Afirmou não ser merecedora, por parte do senhor deputado ou da Assembleia, de outra coisa que não esse respeito. O comentário que poderá ter efetuado com os seus pares partidários é um comentário que apenas a esses diz respeito, condenando o fato do senhor deputado ter “alardiado” isso, quando mais numa reunião pública, o que classificou de não ficar bem ao senhor deputado Jorge Silva e de não ter gostado da atitude. Lurdes Alfinete justificou ao senhor presidente da Assembleia Municipal, por uma questão de respeito, que estava a esclarecer à sua bancada que, de fato, as SCUT, contribuíram e muito, para alguma asfixia daquela zona e na altura, com os votos que foram apresentados nesta Assembleia Municipal onde já pertencia, noutra qualidade, mereceram apoio, por diversas vezes, até por parte dos autarcas da zona nascente do concelho eleitos pelo PS inclusive do presidente da Câmara da altura, que se indispôs, informou. O Governo Regional nesse caso, de fato, esteve mal, não custando à senhora

vereador, afirmou, fazer esse reparo, condenando e julgando desnecessário o fato de se dizer o contrário, apenas por vontade. -----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelo deputado Rui Fernando Botelho Maré, foi presente à Mesa o seguinte voto: -----

Os vogais do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande congratulam o Sporting Clube Ideal pelo Título de Campeão de S. Miguel em futebol, no escalão de Juniores “A”, mas também por todo o trabalho, técnico e humano que estão a desenvolver em muitos jovens do nosso Concelho, primando sempre pela ocupação saudável dos tempos livres, espírito de sacrifício, trabalho e fairplay, promovendo sempre o desenvolvimento pessoal e cívico dos nossos jovens. -----

Com este feito, a equipa comandada pelo treinador João Agra, tornou-se tricampeã de S. Miguel, do campeonato de juniores, uma vez que já tinha repetido este feito nas duas épocas desportivas anteriores. -----

A equipa tricampeã de S. Miguel segue agora para a disputa do Campeonato Regional Interclubes, juntando-se ao Lusitânia e Flamengos, das Associações de Futebol de Angra e da Horta, respetivamente. -----

Os vogais do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, por todos os motivos acima descritos, submetem o presente Voto de Congratulação, a toda a equipa Diretiva do Sporting Clube Ideal, pela sua dedicação, persistência, trabalho, sempre com a preocupação em disponibilizar as melhores condições possíveis, para o bom desempenho dos seus jovens. -----

À equipa técnica, pela sua competência, trabalho educativo, espírito competitivo, e a todos os jovens, do escalão Juniores A, pelo trabalho, sacrifício, dedicação, fairplay e exemplo, acreditando que, para além dos sucessos desportivos, também consigam transmitir os melhores valores aos restantes jovens da nossa Ribeira Grande. -----

Reconhecendo o trabalho que está a ser executado e realçando não só os resultados que obtiveram, mas também a forma como dignificaram o seu Clube e o nosso Concelho da Ribeira Grande, submetemos este voto de congratulação, que deverá ser dado conhecimento aos atletas, treinador e direção do clube. -----

O senhor deputado Fernando Cordeiro solicitou o uso da palavra, informando que os deputados do grupo municipal do Partido Socialista associam-se integralmente ao voto de congratulação. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelo deputado Rui Fernando Botelho Maré, foi presente à Mesa o seguinte voto: -----

Os vogais do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande congratulam o Município da Ribeira Grande, por ter recebido no passado dia 10 de fevereiro, o prémio “A Marca Estrela” e o 3º lugar Regional na 7ª edição do “Portugal City Brand Ranking” da Boom Consulting. -----

Entre os vários critérios de análise, esteve em destaque, várias variáveis, nomeadamente: vários dados estatísticos; medição de pesquisas nos principais motores de buscas, desempenho online de todas as plataformas e Redes Sociais dos Municípios. -----

As estratégias de governação municipal nas dimensões em análise; - Atração de negócios, Qualidade de Vida e Atração Turística, colocou a nossa Ribeira Grande na lista oficial das melhores cidades, tendo efetivamente subindo 35 posições no parâmetro atratividade turística.

Este é mais um passo de reconhecimento, por entidades externas, onde nos associamos na sua plenitude, congratulando este executivo camarário, pelo trabalho, pelo planeamento, com uma estratégia clara de consolidação e visão futura, lançando as bases para a cidade e para o concelho, se afirmar cada vez mais no sector turístico, como excelente destino turístico com todas as suas mais valias para a Economia local. -----

Os vogais do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, por todos os motivos acima descritos e por este ser um reconhecimento Nacional ao nosso Concelho, propõe este voto de congratulação como reconhecimento e estímulo pelo trabalho que está a ser executado. -----

Colocado à votação, foi aprovado por maioria e em minuta com 24 votos a favor pelos eleitos do PSD e 9 abstenções pelos eleitos do PS. -----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelo deputado Rui Fernando Botelho Maré, foi presente à Mesa o seguinte voto: -----

Os vogais do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande congratulam o Clube de Judo da Ribeira Grande pelos resultados alcançados no Campeonato Regional de Judo de 2022 que se realizou nos dias 5 e 6 de Fevereiro em Angra do Heroísmo organizado pela Associação de Judo do Arquipélago dos Açores, sublinhando os dois primeiros lugares alcançados mas também todo o trabalho técnico e humano que está a desenvolver em muitos jovens do nosso Concelho, primando sempre pela ocupação saudável dos tempos livres, espírito de sacrifício, trabalho e fairplay promovendo sempre o desenvolvimento pessoal e cívico dos nossos jovens. -----

Dos seis clubes de judo que marcaram presença destacou-se a participação do Clube de Judo da Ribeira Grande, cujos judocas Gustavo Amaral, na categoria 81 Kg – escalão de Cadetes Mafalda Silva, na categoria de 63 Kgs – escalão de Juniores foram os primeiros classificados nas suas categorias e escalões renovando o título de Campeões Regionais. -----

Os vogais do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande por motivos acima descritos submete o presente voto de congratulação endereçando os parabéns aos atletas Gustavo Amaral e Mafalda Silva ao treinador Luís Filipe Teixeira e aos dirigentes do Clube de Judo da Ribeira Grande reconhecendo o trabalho que está a ser executado e realçando não só os resultados que obtiveram, mas também a forma como dignificaram o seu Clube e o nosso Concelho da Ribeira Grande. -----

O senhor deputado Fernando Cordeiro solicitou o uso da palavra, informando que os deputados do grupo municipal do Partido Socialista associam-se integralmente ao voto de congratulação. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade em minuta. -----

VOTO DE PESAR

Pelo deputado Rui Fernando Botelho Maré, foi presente à Mesa o seguinte voto: -----

Faleceu no passado dia 14 de dezembro aos 87 anos de idade Ilídio Ferreira Miranda, natural da freguesia da Ribeirinha, concelho da Ribeira Grande. -----

Ilídio Ferreira Miranda, apesar de já não estar a residir no concelho da Ribeira Grande, foi um ilustre cidadão do nosso concelho, que muito cedo se assumiu, como um Ribeiragrândense

dedicado, preocupado e disponível para ajudar e contribuir para o desenvolvimento da Ribeira Grande. -----

Ligado à atividade comercial, começou aos 16 anos, a trabalhar na Mercearia Brilhante situada na freguesia Matriz da Ribeira Grande. Volvidos dois anos mudou-se para a vizinha ilha de Santa Maria onde foi empregado de cantina no respetivo Aeroporto. -----

Depois de ter cumprido o serviço militar, na Bateria de Costa de Ponta Delgada, ingressou na Ourivesaria A. Frazão. -----

Em 1961 constituiu com os seus irmãos uma sociedade comercial, da qual resultou a abertura da Casa Mirandela no Largo Gaspar Frutuoso, freguesia Matriz, -----

Simultaneamente e por iniciativa individual, inaugurou a Ourivesaria Universal em Ponta Delgada, a qual viria a ser uma referência no seu ramo, sobretudo entre as décadas de 70 e 90 do século passado. -----

Dotado de uma assinalável capacidade empreendedora, alargou o seu negócio com a abertura da Ourivesaria Aliança e da Loja Eliela, dedicada à decoração, ambas também situadas em Ponta Delgada. -----

Ilídio Mirante foi durante muitos anos um comerciante de referência nos Açores e junto da diáspora, sobretudo no ramo da ourivesaria, nunca esquecendo as suas origens, contribuindo sempre que solicitado, como benfeitor, em muitas Instituições e Associações do nosso Concelho.

Na sequência do exposto, o Grupo Municipal do Partido social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, nos termos regimentais, propõem um voto de pesar, pelo falecimento do cidadão Ilídio Ferreira Miranda, expressando assim o nosso mais profundo pesar à sua esposa e filhos. -----

O senhor deputado Fernando Cordeiro solicitou o uso da palavra, informando que os deputados do grupo municipal do Partido Socialista associam-se ao voto de pesar. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Findas as propostas que deram entrada na Mesa da Assembleia e não havendo mais assuntos a tratar no período de “Antes da Ordem do Dia”, o senhor **presidente da Assembleia Municipal** deu o mesmo como concluído e procedeu à abertura do período da “Ordem do Dia”.

ORDEM DO DIA

1. Saldo da gerência da execução orçamental não consignado 2021

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste Órgão deliberativo, o mapa de desempenho orçamental e o saldo da Conta de Gerência não consignado de 2.779.925.51€. ---

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** explicou que, por norma, este assunto no passado era tratado aquando da aprovação da conta de gerência, que seria discutido no mês de abril, mas fruto da evolução na legislação, é permitido que as autarquias, desde que detentoras das suas contas aprovadas, submetam na primeira Assembleia Municipal do ano o saldo que transitou para ser executado o mais depressa possível. E é nesse sentido, afirmou, que é trazido à consideração desta Assembleia a utilização do saldo de conta de gerência não consignado no valor indicado, para ser incorporado no orçamento de dois mil e vinte dois. Alexandre Gaudêncio ressaltou, no decorrer da sua intervenção, não querer passar já ao ponto seguinte, mas indicando que é referido aqui como a Câmara Municipal acabou o ano transato. De uma forma geral, indicou, a

Câmara teve uma taxa de execução, nas Grandes Opções do Plano, a rondar os oitenta porcentos; na execução da receita, cem por cento; e na execução da despesa, cerca de oitenta e cinco por cento, o que perfaz um saldo total de quatro milhões, quatrocentos e setenta e sete mil euros que transitaram para dois mil e vinte dois. Desse total, dois milhões e trezentos mil euros dizem respeito a saldo não consignado e dois milhões e cem mil euros dizem respeito a saldo consignado, ou seja, já está afeto a rubricas que não podem ser alteradas. Somando tudo isso com o orçamento que foi aprovado por esta Assembleia no final do ano passado, informou, estamos a falar de um aumento no orçamento da Câmara que passa de vinte e três milhões, cem mil euros, para cerca de vinte e sete milhões e quinhentos mil euros, explicou. -----

Não havendo inscrições, o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria e em minuta com vinte e quatro votos a favor, pelos eleitos do PSD e nove abstenções, pelos eleitos do PS.-----

2. Primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2022

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, a proposta da primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2022, no valor de 2.103,874,51€, assim como a aprovação da assunção de compromissos plurianuais das respetivas rubricas. -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** explicou que, entroncando com o ponto anterior, o corrente ponto dá nota onde pretende ser utilizado esse montante da receita não consignada. Explicou que é pretensão abrir duas rubricas que não estavam contempladas aquando da apresentação do Plano e Orçamento, nomeadamente uma rubrica que tem a ver com a requalificação urbana da ribeira da Ribeira Grande, sendo esta uma ideia e uma intervenção que o executivo pretende realizar ao longo deste mandato que prevê a requalificação de toda a zona ribeirinha da cidade, num novo contexto de virar a cidade para a ribeira, permitindo a inclusão desta rubrica dar inicio ao projeto de requalificação. Por outro lado, a criação de uma rubrica com o valor simbólico de um euro, apenas para justificar a sua criação, para elaboração de um projeto de requalificação do Largo de Santo André, na freguesia de Matriz, um assunto que o executivo iniciar a sua resolução. Explicou também Alexandre Gaudêncio que a maior parte desse valor será utilizado para reforçar duas grandes obras: a frente-mar permitindo que a obra continue em direção às freguesias de Conceição e Ribeira Seca, cujo Plano e Orçamento contemplam ainda mais dois milhões e oitocentos mil euros, e a obra que já foi abordada no período de Antes de Ordem do Dia, a estrada Maia-Lombinha, reforçando a rubrica para que então sejam lançados os respetivos concursos públicos. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** solicitou intervir para informar que o grupo de vogais eleitos pelo P.S. irá votar favoravelmente o ponto dois da Ordem de Trabalhos, até de uma forma um pouco contraditória, considerou, ao sentido de voto que recebeu as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para dois mil e vinte dois, porque, finalmente, passados oito anos de estagnação, afirmou começar a ver-se “uma luz no fundo do túnel” e a afetação de recursos para uma obra estruturante que é a frente-mar. -----

O senhor **deputado Rui Maré** solicitou o uso da palavra, afirmando não poder deixar de congratular a Câmara Municipal pelos vinte e sete milhões de euros que ficam reservados para este ano, em que a economia irá agradecer todo esse investimento, estranhando o comentário do senhor deputado Fernando Cordeiro, pois afirmou que foi esta Câmara que mais fez nos últimos oito anos pela obra da frente-mar, referindo-se à compra das vinte e oito moradias, à construção da nova ponte, entre outros, o que contrasta, afirmou, com outros anos, anteriores a este executivo, onde, na realidade, considerou, foram irrisórios os valores aplicados na frente-mar.-----

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade e em minuta. -----

3. Declarações dos Compromissos Plurianuais, Pagamentos e Recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2021

Foi submetido pelo executivo camarário para conhecimento deste órgão deliberativo, para cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), as declarações dos compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso, até 31 de dezembro do ano findo, onde declara: -----

- Que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2021 se encontram devidamente registados na base de dados centrais de encargos plurianuais; -----

-

- Que o Município da Ribeira Grande não registou pagamentos em atraso; -----

- A lista contendo os recebimentos em atraso registados em 31 de dezembro de 2021. -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** explicou que, a trinta e um de dezembro, a conta do Município não tinha registado qualquer pagamento em atraso. No que concerne aos recebimentos em atraso e já debatido no período de Antes da Ordem do Dia, o valor ficou cifrado em setecentos e cinquenta mil euros, tendo já sido explicado que medidas têm vindo a ser adotadas para garantir o ressarcimento da verba, informando também que, pela primeira vez desde que lidera o executivo, é a primeira vez que a Câmara transitou o ano fiscal sem dívidas a receber por parte de outras entidades, nomeadamente por parte do Governo Regional. Informou ter sido assumido um compromisso em que foi pago atempadamente a dívida que tinha para com o serviço da dívida contratualizada para construção de habitação social desde o ano de dois mil e oito, cujo atraso verificado na assunção dos compromissos para com a Câmara da Ribeira Grande estava cifrado em um ano e meio. A situação foi sendo ultrapassada ao longo do último ano e neste momento está solucionada. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** solicitou intervir, para informar que o assunto dos recebimentos em atraso, é um assunto que não vai ser deixado cair. O senhor deputado aproveitou a sua intervenção para contrapor o teor da intervenção do senhor presidente, informando que algumas das dívidas remontam a dois mil e quinze e contestou o fato do senhor presidente atribuir sempre a culpa a entidades terceiras. Julga ser do seu conhecimento que algumas das execuções fiscais que estão a ser diligenciadas pelo Serviço de Finanças da Ribeira Grande são para cobrança de coimas e não para cobrança dos créditos que estão espelhados na documentação distribuída. Por outro lado, referiu que o senhor presidente justificou a não cobrança pelo fato das famílias estarem em insolvência, recordando que, em causa, estão mais de mil devedores e dívidas, desconfiando o senhor deputado que não existe esse número de insolventes. Por isso, reiterou a sua intenção em estar atento ao assunto e, se necessário for, procederão à elaboração de um requerimento escrito ao senhor presidente da Câmara Municipal para que informe a Assembleia de quantas execuções fiscais estão em curso para a cobrança desses créditos, pois há que salvaguardar os interesses do Município. Para mais, informou que as rendas sociais são fixadas em função da capacidade financeira de cada beneficiário e por isso já têm em conta a sua capacidade de cumprimento. Considerou que, ao afirmar-se que ninguém deve pagar rendas, está colocada em causa princípios de justiça social e igualdade perante a lei, e equidade perante pessoas que pagam as suas rendas e que trabalham para tal, assim como a qualidade do parque habitacional da Câmara da Ribeira Grande, que infelizmente, considerou, está a sofrer a degradação que está à vista de todos e que já tem sido denunciado por muitos. Afirmou que há que ter receitas para manter o parque habitacional social da Ribeira Grande e que isso não tem acontecido, ao não se realizar o recebimento das rendas, porventura, de muitas pessoas que até podem pagar. Afirmou o senhor deputado Fernando Cordeiro que, alguns desses créditos, pertencem a empresas da Ribeira Grande, cuja situação financeira não é de insolvência. -----

O senhor **deputado Rui Maré** solicitou intervir, afirmando que, por uma questão de justiça social, existe também preocupação por parte dos eleitos do PSD sobre o assunto e que cada um deve de pagar aquilo que deve e que esse deve ser o princípio norteador de todos, afirmou. No entanto, prosseguiu, depois da explicação providenciada pelo senhor presidente da Câmara Municipal do que está a ser feito para cobrar esses créditos, Rui Maré reafirma a confiança no executivo camarário que está a fazer o melhor a representar os interesses do concelho da melhor forma, não escondendo, no entanto, a sua preocupação e estupefação para o fato de, sendo o Partido Socialista um partido de esquerda, sem qualquer problema nos argumentos apresentados pelo senhor deputado Fernando Cordeiro, afirmando que “quem não paga, rua!”. Essa foi a mensagem com que ficou, afirmou Rui Maré, sendo que há uma parte social que tem vindo a ser trabalhada, em sua opinião, bem, pela Câmara Municipal, mesmo que nunca esquecendo a justiça que tem que haver em torno do pagamento atempado das suas contas. --

O senhor **deputado Jorge Silva** solicitou o uso da palavra para corroborar e associar-se, uma vez mais ao senhor deputado Fernando Cordeiro, e aproveitou o momento para lançar o desafio que possivelmente conferirá maior número de votos a favor no requerimento a efetuar, aconselhando que efetue um voto de recomendação à Câmara Municipal para que todas as pessoas que têm rendas em atraso recebam imediatamente uma ação de despejo e assim a Câmara poder, alicerçada num voto da Assembleia Municipal, agir com mais casualidade e mais propriedade nesse assunto. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

4. Contratos Programas de Desenvolvimento Desportivo

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, para conhecimento e aprovação as minutas dos Contratos de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com as entidades abaixo mencionadas, com vista à transferência dos valores indicados para o efeito, tendo por base o disposto na Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e do regime previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, bem como o previsto no artigo 33º, nº 1, alínea u) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

- Associação Açoreana de Karaté-do e Disciplinas Associadas - 1.000,00€ -----
- Associação de Karaté dos Açores - 1.100,00€ -----
- Associação de Futebol de Ponta Delgada - 26.500€ -----
- Associação de Ciclismo dos Açores - 1.100,00€ -----
-
- Associação de Voleibol de São Miguel - 1.800,00€ -----
- Associação de Patinagem de São Miguel - 2.500,00€ -----
- Associação de Judo do Arquipélago dos Açores - 1.000,00€ -----
- Associação de Ténis de Mesa da Ilha de São Miguel - 1.000,00€ -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao senhor vereador José António Garcia. -----

O senhor **vereador José António Garcia** interveio, explicando que é trazido novamente à Assembleia Municipal os contratos-programa a celebrar com as associações federativas do desporto, precisamente por que a Câmara Municipal volta a disponibilizar-se para assumir custos que os clubes deixam de ter diretamente com as associações federativas, espelhados nos custos com pagamentos de taxas de inscrição, seguro desportivo e emissão de licença dos atletas, em que os clubes deixam de ter de se preocupar com esse pagamento pois é a Câmara

Municipal que o assume e fá-lo-á diretamente às associações federativas. O compromisso será assumido em nome de dezassete clubes de várias modalidades e de mil, duzentos e sessenta três atletas inscritos. -----

Colocados à votação, foram aprovados por unanimidade e em minuta. -----

5. Designação do Fiscal para a Cooperativa de Ensino “A PONTE NORTE” CRL

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, a designação de Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., com o número de registo na OROC: 199, com sede Rua Dr. Caetano de Andrade, nº 5, 2º Cento 9500-037 Ponta Delgada, para fiscal único na cooperativa “A Ponte Norte” CRL e, como suplente, Leopoldo Alves & Associados, SROC, Lda.,

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** explicou que os assuntos deliberados em Assembleia Geral da Cooperativa, por norma, deverão também que vir ser discutidos e deliberados em sede de Assembleia Municipal pois a Câmara Municipal tem uma participação no capital social da Cooperativa estabelecido em quarenta e quatro por cento. É nesse sentido que é dado nota que foi deliberado pela Assembleia Geral da Cooperativa a designação do fiscal único. Alexandre Gaudêncio solicitou a correção, por tratar-se de um lapso que lamentou, de onde se lê “para o quadriénio de vinte um-vinte cinco” dever-se-ia ler “para o quadriénio de vinte um-vinte quatro” que é o mandato que está em curso. -----

Colocada à votação, foi aprovada por maioria e em minuta com vinte e quatro votos a favor, pelos eleitos do PSD e nove abstenções, pelos eleitos do PS. -----

6. Contrato Programa a celebrar com “A PONTE NORTE” – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, CRL

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, o Contrato Programa a celebrar com a PONTE NORTE – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, CRL o qual tem por fundamento a necessidade de assegurar à Cooperativa os meios que permitam prosseguir a missão e os objetivos que presidiram à sua constituição, que contribuem para a coesão económica e social nas áreas da educação e da cultura, assegurando o regular funcionamento da Escola Profissional da Ribeira Grande, e o desenvolvimento, em nome do Município de outros programas na área da educação. -----

O cabimento orçamental está assegurado com a aprovação da 1ª revisão orçamental de 2022.-

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** explicou que sobre este assunto e fazendo um enquadramento da ligação da Câmara Municipal com o ensino profissional no concelho. Alexandre Gaudêncio explicou que, quando entrou em funções o primeiro executivo por si liderado, em dois mil e treze, a Escola Profissional estava associada a uma fundação que se encontrava em sério risco de ser extinta, o que acabou por acontecer, pois não cumpria com a lei que estava em vigor, por ser uma fundação que não tinha lucro para fazer face à despesa que tinha, pelo que a sua receita era baseada em subsídios, de acordo com a lei que vigorava. Pelo fato de não terem respondido aos censos às fundações e por não cumprirem com a lei, a fundação teve que ser extinta e isso poderia originar uma de duas situações: a perda do ensino profissional na Ribeira Grande para uma outra entidade, como aconteceu em outras paragens, tal como em Vila Franca do Campo, ou partir-se-ia para a criação de raiz de uma nova instituição que é atualmente a Cooperativa A Ponte Norte, uma cooperativa de ensino criada com mais cooperantes. Também no mandato treze-dezassete e com um novo quadro comunitário de apoio à porta, explicou, criou-se muita expectativa para que o fundo proveniente do quadro comunitário de apoio viesse dirigido ao ensino profissional e que dessa forma, a escola pudesse desempenhar bem as suas funções. Recordou que a Escola Profissional chegou a ter mais de vinte cursos profissionais a decorrer e

por isso passou a dispor de uma estrutura de recursos humanos para fazer face a essa realidade. O que é fato, explicou, é que, desde dois mil e treze até ao momento, foi-se constatando que o ensino profissional estava-se a esvaziar, devido a uma falsa expectativa criada pelo Governo Regional de então que, canalizou grande parte da verba do Fundo Social Europeu para programas de emprego quando deveria de ter apostado no ensino profissional. Essa foi a forma de atuar então, mas o que é fato é que hoje a escola profissional possui uma pesada estrutura de recursos humanos e que tem no seu orçamento anual uma verba na ordem de um milhão e setecentos mil euros; e que face aos custos com pessoal que é a sua maior despesa, e também por responsabilidade social da própria autarquia, em que a doutora Teresa Silva foi a primeira diretora geral da cooperativa, foi sempre intenção da Câmara Municipal, afirmou, não despedir fosse quem fosse e manter os postos de trabalho, honrando compromissos do passado. Foi assim e é assim ainda hoje, informou. Desde o ano passado que foi proposto pela Câmara Municipal celebrar-se um contrato-programa no modelo aqui traçado, disse, num montante inferior no ano anterior. Alexandre Gaudêncio informou por isso que a Câmara Municipal tem um papel preponderante em assegurar e não deixar cair uma estrutura que foi criada em dois mil e oito e que garante a presença do ensino profissional no concelho. Acresce que já no decorrer do presente ano letivo e no próximo, vão ser atribuídos mais cursos à Escola Profissional para colmatar uma falta de receita que atualmente se verifica. Até lá, a única entidade disponível para assegurar a sua sustentabilidade financeira é a Câmara Municipal da Ribeira Grande, afirmou, não só por ser o cooperante com maior participação, mas pela responsabilidade social que possui e por acreditar que não se pode perder o ensino profissional na Ribeira Grande. Posto isso, chega-se ao valor apresentado, pois o mesmo contempla um défice de exploração valorizado em cento e oitenta cinco mil euros, que caso a previsão esteja correta, é suportado pela autarquia, mas também caso não chegue a esses montantes não será necessário transferir essa totalidade ao longo do ano, e por outro lado, tal como acontecia até agora, são solicitados uma série de serviços à Cooperativa para substituírem a Câmara na sua função pedagógica, tal como é o projeto da rede municipal de ATLS. Esse projeto, que é muito querido pela Câmara Municipal, afirmou Alexandre Gaudêncio, chega mais de duzentos e cinquenta crianças, possui quase cinquenta profissionais ao serviço e que do ponto de vista da Câmara Municipal, merecem o apoio e carinho, pois a rede está a funcionar desde o ano de dois mil e dezasseis e temos pessoas a trabalhar consecutivamente a recibo verde, nas respetivas instituições a fazer esse serviço. Informou que a Câmara Municipal, antes de apresentar este documento, reuniu com todas as instituições tendo perguntado a todas quanto seria o custo efetivo para passar essas pessoas para um contrato de trabalho. Esse contrato prevê subsídio de férias, subsídio de natal e o pagamento do subsídio de refeição, informando Alexandre Gaudêncio que tudo isto foi tido em conta, na proposta apresentada a todas as instituições, que com ela concordaram. Dos vários serviços solicitados à Cooperativa, há a introdução de um novo serviço que trata da transição digital e que é destinado aos nossos empresários, está também previsto o ensino artístico para algumas escolas do concelho, sendo que se tratam de projetos já com alguma antiguidade e que a Câmara pretende continuar. Concluiu a sua intervenção, explicando que o montante agora proposto, será menor no próximo ano, celebrando-se novamente este contrato-programa, pois existirão mais cursos e com isso mais receita, diminuindo por isso a intervenção da Câmara Municipal. -----

O senhor **deputado Luís Almeida** solicitou o uso da palavra, para afirmar, em nome da bancada eleita pelo PSD que sim! é pretendido a permanência do ensino profissional na Ribeira Grande, aproveitando o momento para felicitar o senhor presidente da Câmara pelo percurso que foi realizado e agora descrito à Assembleia. Continuou o senhor deputado, afirmando que essa aposta e visão estratégica na educação é muito importante, considerou. Para além da política do betão, como se costuma afirmar, é preciso formar igualmente as pessoas, sendo que, em sua opinião, uma coisa não fará sentido sem a outra. Por outro lado, o ensino profissional deverá ser a via para que os alunos, com mais competências, possam mais rapidamente aceder ao mercado de trabalho e o nosso concelho, sendo o mais jovem, merece também este respeito e atenção por parte da Câmara Municipal. Informou que a rede de ATL

existe em onze centros, que o total de alunos desse projeto, da Sala Extra, do Teatro Comunitário, do projeto Expressão Musical, envolvem cerca de mil e duzentos alunos. Destacou também o fato da maioria dos alunos que frequenta a Escola Profissional serem alunos do concelho, o que torna esse apoio ainda mais especial. A passagem dos trabalhadores para contrato de trabalho é, em opinião do senhor deputado, mais uma prova da preocupação social e da estabilidade que a Câmara Municipal tem vindo a mostrar nesta e noutras áreas. Por fim, visto que as direções gerais, pedagógicas e financeiras da Escola Profissional são constituídas por novos membros, ficam os votos dos maiores sucessos na condução dos destinos da Escola Profissional. -----

O senhor deputado **Fernando Cordeiro** solicitou o uso da palavra para responder ao repto lançado pelo senhor presidente da Câmara Municipal, respondendo “sim! queremos ensino profissional na Ribeira Grande”, “sim! queremos ensino profissional adaptado às necessidades do mercado de trabalho da Ribeira Grande”, “sim! queremos um ensino profissional na Ribeira Grande que seja capaz de responder às necessidades que os empresários têm de pessoas qualificadas para o desempenho das suas funções profissionais” e por isso afirmou ir votar favoravelmente, o ponto em votação. Gostaria apenas de chamar a atenção para a afetação significativa de recursos por parte da Câmara Municipal do ensino profissional e estão convictos que os dirigentes da Cooperativa vão ter a capacidade e o engenho para arranjar, no desempenho das suas funções, fontes de receita, seja através do aumento do número de cursos aprovados, do número de alunos, e adaptando a estrutura de custos da Escola Profissional às funções que efetivamente tem. -----

O senhor **deputado Jaime Vieira** solicitou o uso da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes e os anfitriões. Afirmou que todos reconhecem a importância do ensino profissionalizante, bastando olhar para as empresas públicas, para a escassez de mão de obra em determinadas áreas, como é o caso da construção civil, e é de sua opinião que a Escola Profissional poderá desempenhar um papel importante nessa área. Sendo de Rabo de Peixe, uma localidade muito ligada à pesca, é do conhecimento que a Câmara Municipal tem feito esforços com a Escola do Mar para que realmente a pesca possa ser lecionada em Rabo de Peixe, e é neste sentido que pretendeu questionar o senhor presidente da Câmara Municipal sobre como estão a decorrer as negociações com a Escola do Mar, pois é do seu conhecimento existir essa pretensão e esse contato por parte da Câmara Municipal. -----

O senhor **presidente da Câmara Municipal** interveio para responder ao senhor deputado Jaime Vieira, mas ainda antes esclareceu os presentes que o valor indicado não é para ser aplicado em ensino profissional, informando que mais de metade da verba apontada, servirá para a prestação de serviços por parte da Cooperativa ao Município, como é rede de ATL, o ensino artístico, logo não se trata da simples entrega de dinheiro à Escola para ser gerido. Respondendo à questão colocada pelo senhor deputado Jaime Vieira, Alexandre Gaudêncio afirmou ser verdade que têm sido realizadas conversações, tendo inclusive sido abordados no final do ano anterior pelo novo diretor da Escola do Mar, Sandro Jorge, para que pudessemos olhar para o potencial que o concelho tem, em particular a Vila de Rabo de Peixe, para que sejam realizadas uma série de parcerias e por isso a Câmara Municipal foi contactada. Informou que já foi apresentado um esboço de protocolo que vai ser analisado internamente, numa ligação em que automaticamente foi manifestado interesse pela Câmara Municipal para que os cursos da Escola do Mar venham a ser ministrados, eventualmente, em Rabo de Peixe. Para isso foi igualmente demonstrada total disponibilidade com os parceiros locais, sejam eles o Clube Naval de Rabo de Peixe, a Escola Profissional, a Junta de Freguesia, entre outros, num claro sinal de que, da parte da Câmara Municipal, há muita vontade em trazer a Escola do Mar para Rabo de Peixe. -----

O senhor **deputado Miguel Sousa** solicitou intervir, questionando o senhor presidente da Câmara Municipal se é possível falar com o senhor Diretor Regional da Educação para que se contrarie a tendência de enviar todos os novos cursos para as Capelas quando a Ribeira Grande possui uma Escola Profissional. Uma vez que a Escola está a precisar de novos

curso, fica a sugestão, pois não faz sentido, para o senhor deputado, que os alunos do concelho tenham que deslocar-se para fora do mesmo quando existe uma Escola Profissional no concelho. -----

O senhor **presidente da Câmara Municipal** informou que a sugestão do senhor deputado Miguel Sousa também já está a ser conversada. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

7. Primeira Alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, o documento da primeira alteração ao “**Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação**” cujas alterações abrande os artigos 2º, 3º, 5º, 8º, 9º, 10º, 14º, 15º, 17º, 19º, 21, 23º, 24º e 49º do referido Regulamento, depois de ter sido objeto de publicação para recolha de contributos no âmbito do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo. -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** solicitou à senhora vereador Cátia Sousa que prestasse os devidos esclarecimentos.

A senhora **vereadora Cátia Sousa** explicou que, com a nova plataforma que a Câmara Municipal possui para submissão dos processos *online*, houve também necessidade de adaptar o regulamento em vigor à mesma. Informou que o processo de legalização foi igualmente alterado, criando assim mais algum rigor. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade em minuta. -----

8. Repartição de Encargos - Concurso Público para prestação de serviços e vigilância às zonas balneares do concelho da Ribeira Grande, para o triénio de 2022 a 2024”

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, a ratificação da repartição dos encargos do Procedimento em assunto, assumido pela rubrica 0102020225 e repartido em 232.500,00€ + IVA para o ano económico de 2022, 232.500,00€ + IVA para o ano económico de 2023 e 232.500,00€ + IVA para o ano económico de 2024. -----

Na sequência da adjudicação do procedimento, em concreto, a repartição de encargos distribuiu-se da seguinte forma: Ano de 2022 o valor de 230.236,00 €; ano de 2023 o valor de 230.236,00€ e ano de 2024 o valor de 230.236,00€. -----

Mais submete à aprovação desta Assembleia Municipal os respetivos compromissos plurianuais previstos. -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** explicou que o assunto é trazido à Assembleia pela questão da repartição de encargos. Explicando o procedimento aos presentes, informou que a Câmara Municipal tem lançado um concurso anualmente para vigilância das zonas balneares do concelho e este ano optou, para conferir alguma estabilidade a quem presta esse tipo de serviço e a quem solicita o mesmo, foi feito um concurso público internacional por três anos, ganho por uma empresa local. Por outro lado, esta forma permite também à Câmara Municipal antecipar uma série de problemas, informou, como aqueles que se colocam em algumas ilhas, tal como foi dado a conhecer pela comunicação social, em que alguns municípios perderam zonas balneares por não conseguirem garantir a sua vigilância, mesmo durante a época balnear. Isso é uma situação preocupante, exclamou, e vai ao encontro da falta de mão de obra que se discutia anteriormente e que já se reflete nesse tipo de serviço. Desse modo fica assegurado esse tipo de serviço, informou, adiantando também que são apresentadas algumas novidades, como a vigilância na zona dos Frades, na Maia, no decorrer da época balnear, na zona do Monte Verde na Ribeira Grande, continuando as demais prestações de serviço que já vinham de trás, nomeadamente

vigilância durante todo o ano no Areal de Santa Bárbara e Piscinas Municipais, sendo que todas as outras terão vigilância na época balnear. -----

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade e em minuta. -----

Por sugestão da Mesa da Assembleia, tendo por base o critério adotado em anteriores sessões da Assembleia Municipal, visto tratarem-se de assuntos de natureza similar, os pontos nove a quinze foram colocados à votação em conjunto.-----

9.Desafetação do domínio público para o domínio privado – Calhetas

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, a afetação para o domínio público municipal de uma parcela de terreno com 70,80 metros quadrados da área verde do loteamento urbano da freguesia das Calhetas, sito na Rua Gago Coutinho, na sequência de um pedido formulado pelo cidadão residente na Rua Gago Coutinho nº 18 da referida freguesia de Calhetas, deste concelho. -----

10. Afetação para o domínio público municipal de dois prédios urbanos no âmbito da obra de “Construção de um acesso público a prédio municipal - Freguesia da Matriz”

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, a afetação dos seguintes prédios urbanos para o domínio público municipal, no âmbito da obra de “Construção de um acesso público ao prédio municipal inscrito sob o artigo 48 A da freguesia Matriz”

Artigo matricial	Localização	Área Total (m2)
Artigo 888/Matriz	Rua da Salvação, nº 18	Casa de rés-do-chão com 52 m2 de área total
Artigo 887/Matriz	Rua da Salvação, nº 22	Casa de dois andares com 104 m2 de área total

11. Afetação para o domínio público municipal de um prédio no âmbito da obra de “Construção de um Parque de Estacionamento na Canada da Gentes – Porto Formoso”

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, a afetação para o domínio público municipal no âmbito da obra de “Construção de um Parque de Estacionamento na Canada das Gentes – Porto Formoso” de um prédio rustico sito na Canada das Gentes, freguesia do Porto Formoso, que consta de 920 metros de cultura arvense, descrito na Conservatória Predial da Ribeira Grande sob o nº 711/Porto Formoso, e inscrito na respetiva matriz cadastral sob o artigo 61 da Seção F. -----

12. Permuta, afetação e desafetação do domínio público municipal de parcelas de terreno âmbito da obra de “Alargamento da Canada Nova – Fenais da Ajuda

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, a permuta, afetação e desafetação do domínio público municipal no âmbito da obra de “Alargamento da Canada Nova – Fenais da Ajuda” de uma parcela de terreno com 980 metros quadrados a

desanexar da parte rustica do **prédio misto**, sito no Monte – Virada do Monte, freguesia dos Fenais da Ajuda do concelho da Ribeira Grande, que consta de 731.900 metros quadrados de terra de pastagem, cultura arvense, terreno estéril, logradouro, com uma construção rural e uma casa destinada a habitação e armazém, descrito na Conservatória do Registo Predial da Ribeira Grande sob o nº 279/Fenais da Ajuda, e inscrito na respetiva matriz cadastral sob o artigo nº 2 da seção G, e na parte urbana sob o artigo 946/Fenais da Ajuda, com uma parcela de terreno com 920 metros quadrados a desafetar do antigo caminho “Estrada Velha”. -----

Mais se informa que a Câmara deliberou aceitar a permuta e o valor de 144.00€ para efeitos registrais. -----

13. Doação e afetação ao domínio público de uma parcela de terreno no âmbito da obra de “Construção de uma fossa para receção de águas pluviais da Canada Nova e do Caminho do Pico – Fenais da Ajuda”

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, a afetação para o domínio público municipal no âmbito da obra de **“Construção de uma fossa para receção de águas pluviais da Canada Nova e do Caminho do Pico – Fenais da Ajuda”** de uma parcela de terreno com 80 metros quadrados a desanexar do prédio rústico 129 H, sito na Roça – Virada, freguesia dos Fenais da Ajuda, concelho da Ribeira Grande, que consta de 8.920 metros quadrados de pastagem, descrito na Conservatória do Registo Predial da Ribeira Grande sob o número 1677/Fenais da Ajuda, e inscrito na respetiva matriz cadastral sob os artigos 128 e 129, ambos da seção H. -----

Mais se informa que a Câmara deliberou aceitar a doação da referida parcela e o valor de 15.00€ para efeitos registrais. -----

14. Doação e afetação ao domínio público de uma parcela de terreno no âmbito da obra de “Alargamento da Rua da Lapinha – Rabo de Peixe”

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, a afetação para o domínio público municipal no âmbito da obra de **“Alargamento da Rua da Lapinha – Rabo de Peixe”** de uma parcela de terreno com 120 metros quadrados a desanexar do prédio rústico, sito na Canada da Lapinha, freguesia de Rabo de Peixe, que consta de 1000 metros quadrados de horta, e inscrito na respetiva matriz cadastral sob o artigo número 8 da seção D. -

Mais se informa que a Câmara deliberou aceitar a doação da referida parcela e o valor de 15.00€ para efeitos registrais. O processo de cadastro nº 39/2021, está pendente desta desanexação. -----

15. Doação e afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno no âmbito da obra de “Alargamento da Canada da Misericórdia – Rabo de Peixe”

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, a afetação para o domínio público municipal no âmbito da obra de **“Alargamento da Canada da Misericórdia – Rabo de Peixe”** de uma parcela de terreno com 140 metros quadrados a desanexar do prédio rústico, sito na Rua Gonçalo Velho, freguesia de Rabo de peixe, concelho da Ribeira Grande, que consta de 6020 metros quadrados de vimieiros com uma construção rural, descrito na Conservatória do Registo Predial da Ribeira Grande sob o número 2978/Rabo de Peixe, na respetiva matriz cadastral sob o artigo número 86 da seção B. -----

Mais se informa que a Câmara deliberou aceitar a doação da referida parcela e o valor de 28.00€ para efeitos registrais. -----

Colocada à votação conjunta, conforme aceite por ambas as bancadas, os pontos nove a quinze foram aprovados por unanimidade e em minuta. -----

16. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara sobre a atividade camarária bem como a situação financeira da mesma

Não havendo mais inscrições e nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, agradecendo a presença de todos e uma vez mais a disponibilização da sala por parte da Casa do Povo da Ribeirinha. Da referida reunião lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos da lei. -----